



## Violência urbana e juventudes: efeitos da necropolítica no cotidiano de escolas públicas de contextos periféricos de fortaleza

LAISA FORTE CAVALCANTE<sup>1</sup>  
JOÃO PAULO PEREIRA BARROS<sup>2</sup>

### Resumo

Este trabalho se configura como um projeto de Dissertação da Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará e se propõe analisar os efeitos da violência urbana no cotidiano de escolas públicas de contextos periféricos de Fortaleza. Faremos interlocuções com autores do campo da Psicologia Social que produzem diálogos com Foucault, Mbembe, Butler, entre outros. Segundo dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), 2017, foi o ano mais violento da história do Ceará, uma das expressões da Necropolítica. Pesquisas apontam que os altos índices de homicídios na adolescência e as disputas territoriais de facções nas periferias afetam alguns equipamentos sociais importantes, dentre eles a escola. Os cotidianos escolares de segmentos infanto-juvenis são diretamente afetados por essa dinâmica. Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar efeitos da violência urbana no cotidiano de escolas públicas de contextos periféricos de Fortaleza. Por objetivos específicos: compreender como estudantes e profissionais de escolas públicas significam a violência na cidade e no bairro onde suas escolas estão inseridas.; problematizar mudanças no cotidiano escolar provocadas pelas dinâmicas da violência armada em contextos periféricos da cidade e discutir estratégias produzidas por escolas públicas para o enfrentamento aos efeitos da violência armada em seus cotidianos. Trata-se de uma pesquisa intervenção, que se prosseguirá com o método da cartografia e pela política do pesquisarCOM. O território investigado será o Grande Bom Jardim, o segundo com a maior distribuição de homicídios de adolescentes no ano de 2017. A via de acesso será através da participação mensal no Fórum das Escolas pela Paz, que surge da articulação entre professores e gestores da rede estadual para debater implicações da violência urbana no cotidiano escolar e inserção no cotidiano de uma escola estadual do bairro. As técnicas metodológicas aplicadas serão: observação e conversas no cotidiano e oficinas com estudantes.

Palavras-chave: Violência urbana. Escola Pública. Necropolítica. Juventudes. Cartografia.

### 1. INTRODUÇÃO

A proposta do presente trabalho tem o objetivo de analisar os efeitos da violência urbana no cotidiano de escolas públicas de contextos periféricos de Fortaleza. Tal proposta representa uma interlocução com autores do campo da Psicologia Social que produzem diálogos com Foucault, Deleuze, Guattari, Mbembe, Butler, entre outros.

---

1 Psicóloga e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: laisacavalcante9393@gmail.com.

2 Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: joaopaulobarros07@gmail.com.

O projeto em questão decorre, primeiramente, acerca de um interesse nesse campo de estudos da violência urbana que veio se organizar no meu percurso na graduação em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC) e em movimentos vinculados à temática da juventude. Durante a graduação em psicologia, integrei o Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC-UFC).

Após a conclusão do curso de graduação, atuei como pesquisadora de uma investigação intitulada: “Violência armada na Cidade de Fortaleza e suas consequências Humanitárias” realizada em alguns territórios vulnerabilizados da cidade de Fortaleza que apresentam altos índices de homicídios. A pesquisa foi viabilizada através de uma parceria entre o instituto OCA, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), e o Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES) que está vinculado ao Departamento de Psicologia da UFC e, que, desde então, tenho atuado como integrante. Foi no decurso desta pesquisa e das entrevistas realizadas com os moradores destes territórios que surgiu a inquietação central deste trabalho, ou seja, as implicações da violência urbana nos cotidianos escolares, visto que muitos interlocutores colocaram em suas falas o impacto que as escolas sofriam, como as interrupções em seus calendários por conta das disputas faccionais de territórios e também de confrontos entre a polícia e as facções.

Posteriormente exerci o cargo de técnica de referência como psicóloga em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Mulungu-CE. Durante esse período pude perceber que o município também se deparava com a violência letal de jovens, embora esta não seja, nem de perto, tão expressiva como na capital, deparamos-nos com nuances de uma lógica da violação de direitos da juventude de segmentos sociais excluídos.

Tive a oportunidade, durante essa experiência, de trabalhar em parceria com algumas escolas públicas da rede municipal na realização de palestras e algumas oficinas com adolescentes dentre as temáticas estavam: projeto de vida, drogas e redução de danos, saúde mental na juventude, dentre outras.

Todas essas experimentações desencadearam reflexões acerca da fragilidade do sistema de garantias de direitos, principalmente direcionados à juventude, e o desafio que se tem no que concerne ao desenvolvimento de políticas públicas e sociais guiadas pela superação de discursos criminalizantes e estigmatizantes sobre determinados segmentos juvenis. Além de atentar sobre as contribuições práticas da psicologia quanto ao tensionamento desses discursos, firmando um compromisso ético e político na construção de novos modos de resistir.

A população juvenil urbana brasileira tem sido associada ao mito de periculosidade e criminalidade, situação que, em vez de compreendê-la como vítima, atribui-lhe a responsabilidade pela insegurança

das cidades. Tem predominado, no imaginário popular e nos espaços midiáticos, a ideia de que o envolvimento de adolescentes e jovens com o consumo e tráfico de drogas é um fator determinante para o aumento da violência nos centros urbanos, em especial os homicídios. Entretanto, é importante assinalar que há um recorte dessa juventude “criminalizada” em que estão presentes marcadores socioeconômicos e de raça-etnia, isto é, são jovens pobres, negros e moradores de periferias urbanas (COIMBRA e NASCIMENTO, 2003). É produzida e forjada a figura do “inimigo” que deve ser eliminado em nome da preservação dos “bons costumes” e da proteção dos ditos “cidadãos de bem”, dessa forma, a aniquilação dessas vidas é legitimada e naturalizada já que são tidos como “não-cidadãos” e suas vidas não seriam passíveis de luto (BUTLER, 2018)

Foucault (2008), ao considerar as tecnologias de poder e a sua estreita relação com a biopolítica, isto é, as práticas disciplinares sobre a vida, a violência e a governamentalidade, nos ajuda a pensar a questão dessa intensa vitimização de determinados jovens por homicídio, revelando a atividade de uma sociedade severamente marcada por uma “necro-biopolítica” (BENTO, 2018), de extermínio de sujeitos considerados indesejáveis (matáveis). Agamben (2009), referindo-se ao projeto biopolítico, resgata a figura do Homo Sacer, que no direito romano tratava-se daquele sujeito que qualquer um poderia matar sem que fosse condenado por homicídio, ele remete ao extermínio das figuras contemporâneas do Homo Sacer, que seriam os jovens negros, pobres e moradores das periferias urbanas. Quer dizer, seriam as técnicas políticas de produção de morte, chamada tanatopolítica (BARROS e BENÍCIO, 2017).

Afim de contribuir com a justificativa de se debruçar acadêmica e politicamente sobre a problemática da violência letal dessa parcela da juventude, faz-se relevante apresentar alguns dados alarmantes que nos mostram essa grave expressão da infração dos direitos humanos na atualidade, além da expressão do que se tem chamado “Nordestinação dos homicídios”, isto é uma intensificação da violência letal no estados do nordeste do país. (BARROS *et al.*, 2018)

Dados do Atlas da Violência de 2018, revelam que em 2016 ocorreram 62.517 homicídios no Brasil, a crescente desse índice revela uma certa naturalização dessas mortes por parte das autoridades nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal e também de uma parcela da sociedade civil. O fato é que pela primeira vez na história do país essa taxa foi superior a 30 mortes por 100 mil habitantes (30,3/100 mil). As consequências desse cenário, semelhante ao de um contexto bélico, são as mais diversas possíveis trazendo implicações na saúde pública, no desenvolvimento econômico e social e também na educação do país.

Dados do Relatório do Comitê Cearense pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência (CCPHA, 2018) revelam que crianças e adolescentes estão sendo mortos antes de chegar ao ensino médio,

85% das vítimas letais ainda estavam cursando o ensino fundamental. Esse mesmo relatório expõe que entre os anos de 2014 a 2016 houve uma redução de mais de 50% das mortes de adolescentes no Ceará, contudo, no ano de 2017 o número de adolescentes assassinados dobrou, levando a capital cearense a registrar o maior número de homicídios de sua história. Já no ano de 2018, observou-se, novamente, uma redução de 27% dos homicídios contra jovens de 10 a 19 anos de idade.

Esse cenário de violência letal, aliado as disputas por controle de territórios de facções, tem impactado de maneira contundente o acesso a educação de crianças e jovens moradores da periferia de Fortaleza. As expulsões de moradores, em casos extremos, e a supressão no direito de ir e vir nas comunidades, por exemplo, têm coagido alunos da rede municipal a interromperem seus estudos ou a mudarem de escola. Além da escola, adolescentes e jovens têm sofrido restrições de acesso a outros equipamentos públicos voltados a esses segmentos, como postos de saúde (Túlio e Paiva, 2018). Vemos, dessa maneira, a manifestação de uma das diversas implicações da violência urbana no cotidiano dessas populações juvenis, uma intensificação de um processo de precarização da vida uma condição politicamente induzida, na qual existem sujeitos que não são reconhecidos como sujeitos e suas vidas são tidas como “desimportantes” ficam expostas a diversas formas de violações de seus direitos, a violência (inclusive a do próprio Estado que deveria garantir seu bem-estar) e à morte, retroalimentando essa situação de desigualdade econômico-social em que estão atravessados (BUTLER, 2018).

Diante disso, este estudo pretende contribuir com o fomento de políticas públicas na garantia à educação de populações que estão em uma realidade de privação de seus direitos, bem como o desafio de enfrentamento da problemática da violência urbana e sua pior consequência: os homicídios de jovens periféricos e negros na cidade de Fortaleza.

## **2. Problema de pesquisa e marco teórico**

O Estado do Ceará e, mais particularmente sua capital Fortaleza, se configura como um dos piores territórios para se ser jovem no Brasil, sobretudo quando se é negro e periférico. Essa afirmação pode ser visualizada através do histórico crescente dos índices de homicídios do estado e da cidade, embora seja preciso compreender que essa alta não ocorreu de uma maneira abrupta. De acordo com o Atlas da Violência (2017) no período de 2005 a 2015 houve um aumento na letalidade nas regiões norte e nordeste, nesse mesmo espaço de tempo o estado do Ceará foi da 17ª (com uma taxa de 21 casos por 100 mil habitantes) posição para a 3ª colocação (uma taxa 46,7 casos por 100

mil habitantes) entre os estados com as maiores taxas de homicídios do país. Fortaleza, em 2017, foi a capital do país que apresentou o maior número de homicídios (CERQUEIRA *et al.*, 2017).

No que compete a morte da juventude, dados do Comitê Cearense pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência (2017), quase 19 adolescentes foram mortos por semana em 2017 no estado, sendo 981 meninos de 10 a 19 anos - um aumento de quase 50% em relação a 2016. A faceta da desigualdade racial se manifesta de maneira contundente na concentração dos homicídios na população negra nesse país, o índice de homicídios de negros, em 2016, foi duas vezes maior que a de não negros. Os jovens negros do sexo masculino são o perfil mais vitimado pela violência letal em nosso território e, muitas vezes, possuem um histórico curricular atravessado por abandono escolar ou repetência, tal cenário corrobora para torná-los ainda mais vulneráveis à violência letal (CERQUEIRA, 2018).

O aumento de episódios de chacinas dentro desse preocupante cenário de violência letal no Ceará nos chama atenção. Foram registradas 7 chacinas nos primeiros 7 meses de 2018, sendo 3 delas somente em janeiro, ocorrendo a maior chacina já registrada no Estado, no bairro Cajazeiras, no município de Fortaleza (PINHEIRO, *et al.*, 2019)

Essas mortes e violações são repercussões de processos psicossociais como a associação da juventude a certos “problemas sociais” tais como a violência, a criminalidade e a existência de uma certa aura de “periculosidade”. Essas concepções, como já destacado, recaem com mais força em determinados segmentos que, historicamente, têm sido objetos do poder punitivo, ou seja, há um agravamento de políticas de criminalização de determinados adolescentes e jovens em tempos neoliberais (BARROS *et al.*, 2016). Em outras palavras, há uma concentração em criminalizar uma juventude que não se encontra ajustada aos padrões desse modelo neoliberal de funcionamento, em que o emprego fixo e o ideal de uma família “estruturada” são os parâmetros de reprodução.

Coimbra e Nascimento (2003) abordam essa questão debatendo que a figura do jovem “envolvido” com o tráfico de drogas, ou membro de alguma facção criminosa, seria uma das maiores expressões do “inimigo público” para a sociedade. A produção desse “perfil” indica que as identidades para essa figura do “envolvido” lida como perigosa e ameaçadora são forjadas, homogeneizando-se suas formas de sentir, viver e agir, tidas como inferiores e desqualificadas. Nesse sentido, os veículos midiáticos operam como um dos dispositivos mais eficazes na produção de subjetividades, engendrando formas de interpretar e perceber o mundo, o que provoca a disseminação distorcida de que as periferias seriam espaços de desordem, do crime e da marginalidade. Através da circulação de signos, imagens e subjetividades, a mídia atua produzindo vidas, bandidos e mocinhos (COIMBRA, 2008).

Tais racionalidades operam produzindo e reproduzindo espaços que Agamben (2004) chama de “Estados de Exceção”, ou seja, territórios, sobre os quais a violação de direitos e a violência de Estado são legitimadas, apresentando-se como um “*espaço anômico onde o que está em jogo é uma força de lei sem lei*” (: 61), ou uma forma legal daquilo que não pode ter forma legal. As periferias e os espaços de encarceramento em massa são exemplos contemporâneos desses Estados de Exceção em que a política de precarização da vida se faz presente no cotidiano de jovens periféricos e de suas famílias, sujeitos de vidas “desimportantes” e, portanto, “matáveis”. Foucault (2005) aborda o racismo de estado como um mecanismo para dividir a população entre aqueles que devem viver e os que devem morrer (“fazer viver e deixar morrer”), tal racismo é expresso de maneira contundente nesses territórios dos Estados de Exceção.

Podemos tomar outro operador conceitual para pensar essas condições de produção de zonas de morte, a necropolítica, apresentada pelo pensador camaronês Achille Mbembe (2016). Esse autor, uma das principais referências pós-coloniais, aborda a necropolítica como formas contemporâneas que subjugam vidas ao poder da morte.

Segundo Moura (2017), no estado do Ceará, a necropolítica também vem operando, a exemplo da segregação entre “cidadãos de bem” e “vagabundos” ou, os chamados “piranguinhos”. O autor também destaca que os homicídios não ocorrem de forma uniforme entre brancos e negros, visto que, um negro tem cerca de 4,5 vezes mais chances de ser assassinado do que um jovem branco. Além disso, a resolução dos casos de homicídios é extremamente baixa, demonstrando uma falta de interesse em se investigar tais casos, visto que suas vidas não seriam passíveis de luto (Butler, 2018).

Diante dessa conjuntura de violência letal de uma juventude produzida como perigosa para uma sociedade de “cidadãos de bem” que há tempos faz parte da realidade do Brasil também do Ceará, deve-se considerar o histórico de ascensão de grupos organizados em torno do tráfico de drogas ilícitas, que, desde o final da década dos anos de 1990 veio se fortalecendo, desde a atuação de gangues até as formações das chamadas facções criminosas. O ineficaz investimento em políticas de segurança ostensivas e militarizadas, além do desumano encarceramento em massa contribuiu em grande escala para o fortalecimento das facções e de seus controles territoriais (Benício *et al.*, 2018).

Um rearranjo das relações e a repactuação local entre facções rivais, ocorrido entre final de 2015 e 2016 no estado do Ceará, ficou conhecido como “pacificação”. Moradores relataram mudanças significativas em seus cotidianos, a exemplo de uma redução significativa no número de homicídios e na proibição de roubos e de ciclos de vinganças nesses territórios, o que nos mostra que tal fenômeno de “pacificação” não teve relação direta com uma política de segurança e promoção de justiça social eficaz (BARROS *et al.*, 2018). No entanto, a sensação de tranquilidade e paz logo

acabaram quando esses grupos criminosos, anteriormente responsáveis pelo acordo provisório, voltaram a entrar em conflito novamente.

Segundo Paiva (2018), independente das motivações provocadoras do conflito, o fim da “pacificação” sucedeu uma larga escala de homicídios e de conflitos territoriais. Tais conflitos afetam e marcam as diversas existências que vivem nas comunidades periféricas do Ceará, principalmente a juventude. O direito de ir e vir é violado corriqueiramente nesses espaços devido às divisões que têm que ser respeitadas, as pessoas que moram em uma determinada área são impedidas de transitar para outra que é dominada por uma facção rival. As consequências de desobediência desses limites impostos podem ser letais, algumas vezes, não só para a pessoa mas também para seus familiares e amigos. Tais situações tornaram-se tão comuns que até mesmo o Estado e a polícia, que deveriam garantir direitos, acabam se abstendo dessa responsabilidade e, por vezes, declarando que crimes derivados desses conflitos territoriais são decorrentes de “acertos de contas”, classificando como envolvidas as pessoas assassinadas como uma maneira de justificar a falta de investigação de tais crimes (PAIVA, 2018).

Estudantes de escolas públicas das periferias também têm sido atingidos por essas retaliações decorrentes da violência urbana, alguns jovens são impedidos de estudar ou de se deslocarem até a escola por conta de conflitos de territórios já mencionados. De acordo com Oliveira (2018), cerca de 3% dos alunos de uma das maiores escolas do bairro Bom Jardim já tiveram sua rotina de aprendizado afetada de forma direta pelas dinâmicas da violência urbana, particularmente a questão das territorialidades impostas por organizações ligadas ao tráfico de drogas. Dessa forma, o direito à educação é seriamente comprometido nesses espaços, o medo, algumas vezes, prevalece e a evasão escolar aparece como uma das consequências da privação ao direito da educação. Oliveira (2018) destaca também que a evasão escolar em 2017 chegou a 6,7% nos estudantes de ensino médio de escolas públicas do Ceará, tais jovens fora da escola acabam sendo estigmatizados pela sociedade podendo ser cooptados pelo tráfico de drogas tendo seu futuro gravemente comprometido, um levantamento realizado pelo Relatório do Comitê Cearense pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência, realizada pela Assembleia Legislativa do Ceará, apontou a evasão escolar como uma das 12 evidências da vulnerabilidade de jovens à violência letal, os dados de 2016 destacam que, com exceção de Sobral, todas as cidades pesquisadas<sup>3</sup> apresentaram percentuais acima de 60% de abandono escolar há, pelo menos, 6 meses antes da morte (CCPHA, 2016).

---

3 Nesta pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência foram 6 cidades investigadas ao total: Fortaleza, Juazeiro do Norte, Caucaia, Eusébio, Horizonte, Maracanaú e Sobral.

Diversos estudos apontam a importância da escola e de seu caráter formativo para crianças, adolescentes e jovens, porém há também uma relação entre violência e escola que, por sua vez, não é uma temática recente. Muitas pesquisas já se debruçaram sobre essa vinculação e dentro desse universo podem ser abordados diversos tipos de violência que afetam o cotidiano das escolas, prejudicando tanto alunos como o corpo técnico-pedagógico dentre elas: a própria violência institucional produzida pelas próprias escolas, racismo, a homofobia, entre outras dificultando a realização de seu principal papel social, o ensino. Aqui, nos interessa abordar os atravessamentos da violência urbana nos cotidianos escolares, ou melhor, quais as implicações desses contextos permeados por violação de direitos em alunos, professores e gestores de instituições de ensino público de periferia.

Miriam Abramovay (2015) coloca que o entorno da escola e sua localização tem grandes influências em seu cotidiano e também na percepção de segurança dos estudantes e profissionais da educação. A infra-estrutura urbana tem grande interferência na visão sobre o bairro e sobre a própria escola pelos moradores, ademais pode facilitar ou dificultar o acesso à escola a exemplo dos conflitos territoriais das facções na cidade de Fortaleza. O sentimento de insegurança na cidade atrelado ao envolvimento com o tráfico de drogas e grupos criminosos têm forte influência nas instituições de ensino, sobretudo das periferias.

A autora chama de *violência dura* os atos ou episódios que podem acarretar danos irreparáveis aos indivíduos que exigiriam uma intervenção do Estado, as ameaças e agressões físicas que podem ocorrer nas escolas são exemplos desse tipo de violência.

Diante de tais evidências de uma realidade preocupante e também dos escassos estudos que se proponham a ver uma transversalização da violência urbana em contextos escolares da periferia, a pergunta de partida desse estudo é: *Que efeitos a violência urbana tem produzido no cotidiano de escolas públicas da periferia de Fortaleza?*

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo geral**

Analisar efeitos da violência urbana no cotidiano de escolas públicas de contextos periféricos de Fortaleza.

#### **3.2 Objetivos específicos**

Compreender como estudantes e profissionais de escolas públicas significam a violência na cidade e no bairro onde suas escolas estão inseridas.

Problematizar mudanças no cotidiano escolar provocadas pelas dinâmicas da violência armada em contextos periféricos da cidade.

Discutir estratégias produzidas por escolas públicas para o enfrentamento aos efeitos da violência armada em seus cotidianos.

#### **4. PERCURSO METODOLÓGICO**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, caracterizando-se, mais especificamente, como uma pesquisa intervenção. Tal método consiste em um tipo de Pesquisas Participativas que procura investigar a vida em um plano coletivo, considerando as situações vivenciadas no contexto pesquisado, na sua diversidade qualitativa e assumindo um caráter interventivo. Constituindo-se como um dispositivo de transformação atrelado tanto à formação como às práticas institucionais dos psicólogos, que possibilita a construção de novas análises em campos macro e micropolíticos, rompendo com os enfoques tradicionais de pesquisas (ROCHA e AGUIAR, 2003).

Partindo da Pesquisa Intervenção, esse estudo irá manter aproximações com o que Moraes (2010) chama de Pesquisas COM que seria ultrapassar a clássica separação entre sujeito e objeto, percebendo-os como indissociáveis. Além do *ethos* da cartografia, originalmente pensada e desenvolvida por Deleuze e Guattari, esse método pressupõe um acompanhamento de processos que vão ocorrendo no decorrer da inserção no campo, isto é, não se faz um trabalho descritivo orientado por regras já delimitadas a priori, contudo, não se trata de ações sem direcionamentos. O caminho da pesquisa irá considerar os efeitos do processo de se debruçar sobre determinado objeto de pesquisa, considerando a inseparabilidade entre conhecer e intervir. A intervenção tomada aqui, seria uma espécie de mergulho na experiência (PASSOS e BARROS, 2015).

O modo de acessar os efeitos que esses homicídios têm nos cotidianos escolares se realizará através do acesso ao plano da experiência tanto de profissionais da escola (professores e gestores) e como de estudantes (alunos do ensino médio) inseridos em territórios com altas taxas de letalidade. Pode-se dizer que adotar tal postura de pesquisa também implica uma necessária postura ético-política dado as estatísticas alarmantes de homicídios de jovens trazidas anteriormente, além de possibilitar um espaço de discussão de suas práticas e potencializar os espaços coletivos voltados a problematização dessa realidade e as possibilidades de enfrentamento.

##### **4.1) Local de pesquisa: habitando territorialidades do Grande Bom Jardim**

O Grande Bom Jardim foi o local de pesquisa escolhido para esta investigação e essa inclinação se justifica a partir de algumas estatísticas preocupantes acerca da realidade de violência que atravessa

o território . Dados do relatório do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência coloca o bairro Bom Jardim, um dos bairros que compõem o Grande Bom Jardim, como o território com o maior número de adolescentes assassinados em Fortaleza, apresentando em 2018 uma frequência de óbitos de 33 mortes (por 1000 habitantes). Esse mesmo estudo aponta que este bairro se destoa dos demais por se manter em uma crescente no tocante às taxas de letalidade de adolescentes, enquanto os outros apresentaram oscilações principalmente no ano de 2016 como fenômeno da “pacificação entre as facções” em que o número de homicídios foi reduzido em alguns lugares. Inclusive, na época, especulou-se não ter havido pactuação entre as facções da regiões, o que justificaria a ausência de alteração no padrão de ocorrência das mortes (CCPHA, 2018).

Esta pesquisa se dará através da inserção em duas principais frentes dentro do território: a primeira será através da participação mensal no Fórum das Escolas pela Paz, que surge em 2017 da articulação entre professores e gestores da rede estadual para debater implicações da violência urbana no cotidiano escolar, além de traçar algumas ações de enfrentamento a serem realizadas no Grande Bom Jardim e fomento de espaços coletivos de discussão. A segunda frente se dará a partir da inserção no cotidiano da escola estadual de ensino médio EEFM Senador Osíres Pontes localizada no bairro Bom Jardim, na qual o VIESES-UFC já possui aproximação por conta do projeto de extensão Re-tratos da Juventude, cuja proposta é de criar intervenções micropolíticas em torno de processos de subjetivação juvenil em territórios da cidade que são atravessados pela desigualdade e exclusão social.

#### **4.2) Estratégias Metodológicas**

Através da participação mensal no Fórum das Escolas pela Paz do Grande Bom Jardim e também da inserção no cotidiano dessa instituição de ensino e também da, a proposta dessa pesquisa-intervenção seria utilizar as seguintes estratégias metodológicas: 4.2.1) Observação e conversas no cotidiano com professores e estudantes da Escola de Ensino Médio E.E.M.F Osíres Pontes com produção de Diários de Campo como registro de percepções e informações, tentando compreender como eles significam a violência na cidade e no bairro em que estão inseridos; 4.2.2) Oficinas com Estudantes e Professores com o enfoque nos processos de resistência frente a esse contexto de violência que atravessa o bairro e, também, a escola e problematizar mudanças no cotidiano da escola decorrente da violência armada; 4.2.3) Acompanhamento do Fórum das Escolas pela Paz do Bom Jardim em que estratégias de enfrentamento aos efeitos das violência são produzidas e discutidas por gestores de escolas públicas, incluindo também a elaboração de Diários de Campo.

Para a análise desses processos e experiências se utilizará a proposta da análise cartográfica (Barros e Barros, 2013), esta busca estabelecer um conjunto de múltiplas relações com o “objeto” de estudo, ou seja, esse procedimento de análise oportuniza o surgimento de heterogeneidades (diferenças). O que impulsiona a análise em cartografia, por sua vez, são problemas e não a busca de respostas ou soluções, no entanto, o problema não é algo dado e depende da criação de termos nos quais ele se apresentará, isto é, procedimentos de criação de sentidos e de novos problemas. Na cartografia, os dados não são estáticos e puramente passíveis de verificação, há, na verdade, um acompanhamento de processos e experiências que se darão no decurso da investigação, abrangendo também zonas de ambiguidades e acolhendo todas as faces da experiência tanto do pesquisador quanto do participante.

É mister salientar que o projeto de pesquisa em questão será submetido a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal do Ceará, como forma de garantir a integridade dos participantes.

#### Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, M. (2015). **Programa de Prevenção à Violência nas Escolas: violências nas escolas.** Brasília: Flacso/Brasil.
- AGAMBEN, G. (2004). **Estado de exceção.**[2003]. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo.
- AGAMBEN, G. (2009). **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua 1:** Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BARROS, J.P.P; ACIOLY, L.F; RIBEIRO, J.A.D. (2016). **Re-Tratos da Juventude na Cidade de Fortaleza: Direitos Humanos e Intervenções Micropolíticas.** *Revista de Psicologia, Fortaleza*, v.7 n.1, p. 115-128, jan./jun.
- BARROS, L. E BARROS, M. (2013). **O problema da análise em pesquisa cartográfica.** *Fractal: Revista de Psicologia*, 25(2), 373-390.
- BARROS, J.P.P; BENÍCIO, L.F.S. (2017). **“Eles nascem para morrer”:** Uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens em Fortaleza. *Revista de Psicologia, Fortaleza*, v.8 n.2, p. 34-43, jul./dez.
- BARROS, J.P.P; et al. **“Pacificação” nas periferias: Discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza.** *Revista de Psicologia, Fortaleza*, v.9 n1, p. 117-128. 2018.
- BENÍCIO, L. F et al. (2018). **Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE.** *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 192-207.
- BENTO, B. (2018). **Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?.** *cadernos pagu*, (53).
- BUTLER, J. (2018). **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto.** 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CERQUEIRA, D, et al (2017). **Atlas da Violência.** IPEA; Instituto Brasileiro de Segurança Pública (orgs). Rio de Janeiro.

CERQUEIRA, D. *et al* (2018). **Atlas da Violência**. IPEA; Instituto Brasileiro de Segurança Pública (orgs). Rio de Janeiro.

COIMBRA, C. M. (2008). **Produção do medo e da insegurança**. Disponível em <<https://app.uff.br/slab/uploads/texto64.pdf>>. Acesso em 08 de abril. 2019.

COIMBRA, C. M. & NASCIMENTO, M. L. (2003). **Jovens pobres: o mito da periculosidade**. *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 19-37.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. (2017). **Relatório do segundo semestre de 2017 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência**. Fortaleza, CE: o autor. Disponível em: <[http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/11/CCPHA\\_RELATORIO\\_2017-2\\_V02.pdf](http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/11/CCPHA_RELATORIO_2017-2_V02.pdf)>.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. (2018). **Cada Vida Importa: Relatório do segundo semestre de 2018**. Fortaleza, CE: o autor. Disponível em:<[http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2019/05/CCPHA-RELATORIO-2018\\_2.pdf](http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2019/05/CCPHA-RELATORIO-2018_2.pdf)>

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. (2016). **Cartaz 12 evidências encontradas na pesquisa do Comitê Cearense pela prevenção de homicídio na Adolescência**. Fortaleza, CE: o autor. Disponível em:<<http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/03/CARTAZ-1-12-evid%C3%A2ncias.pdf>>

FOUCAULT, M. (2005). **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, M. (2008). **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes.

MBEMBE, A. (2016). **Necropolítica**. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32.

MORAES, M. (2010). **PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual**. In: Moraes, M. e Kastrup, V. *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau Editora.

MOURA, R (2017, dezembro 18). **A necropolítica como paradigma**. *O Povo online*. Fortaleza, p. 1-2. Disponível em:<<https://www.opovo.com.br/jornal/colunas/segurancapublica/2017/12/a-necropolitica-como-paradigma.html>>. Acesso em: 10 ago 2018

OLIVEIRA, S. (2018, abril 18) **A violência que tira o direito à educação | EVASÃO ESCOLAR | Entre os motivos da evasão escolar no Ceará está a territorialidade imposta pelas facções criminosas**. *Sem poder ir e vir, jovens saem das instituições*. *O Povo online*. Fortaleza, p. 1-2. Disponível em:<<https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/04/a-violencia-que-tira-o-direito-a-educacao.html>>. Acesso em 10 abr 2019.

PAIVA, L. F. S. (2018). **Dinâmicas das violências em tempos de facções criminosas no Ceará: Cada vida importa**. Relatório do segundo semestre de 2017 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Fortaleza, CE: Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

PASSOS, E. E BARROS, R.B. (2015). **A Cartografia como Método de Pesquisa-Intervenção**. In Passos, E; Kastrup, V & Escóssia, L (orgs). **Pistas do Método da Cartografia Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre, Sulina: 207 p.

PINHEIRO, A. A. A. et al. (2019). **Em movimento**. *Conhecer: debate entre o público e o privado*, 9(22), 45-59.

ROCHA, M. L. E AGUIAR, K. F. (2003). **Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises**. *Psicologia: ciência e profissão*, 23(4), 64-73.

TÚLIO, D. E PAIVA, T. (2018, janeiro 30). **Violência das facções atravessa escolas. | EVASÃO | No Grande Jangurussu, mais de 100 alunos de uma única instituição solicitaram transferência ou abandonaram os estudos, todos por medo ou ameaças de grupos criminosos.** O Povo online. Fortaleza, p. 1-2. Disponível em:< <https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/01/violencia-das-faccoes-atraversa-escolas.html>>. Acesso em 10 abr 2019